

AS PERSPECTIVAS DO BANCO MUNDIAL E DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A *GREEN ECONOMY INITIATIVE* E O *GREEN NEW DEAL*

The World Bank and International Monetary Fund Perspectives on the Green Economy Initiative and the Green New Deal

Priscila Santos de Araujo*

Daniel Caixeta Andrade†

Resumo

O artigo aborda a necessidade de uma transição econômica sustentável e a urgência para enfrentar o colapso ecológico, apresentando o surgimento de propostas de recuperação econômicas pós-crisis capitalistas como a *Green Economic Initiative* (GEI) e o *Green New Deal* (GND) e suas recomendações de política inspiradas no keynesianismo. Por meio de uma análise de discurso de documentos oficiais, o artigo analisa em que medida organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – consideradas instituições cruciais para influenciar políticas nacionais – estão alinhadas a perspectiva da GEI e do GND e se promovem uma reorientação efetiva da política econômica mundial para uma transição verde mundial. Os resultados mostram que a incorporação marginal dos temas ambientais não foi suficiente ainda para produzir uma mudança estrutural nas recomendações de política das instituições analisadas.

Palavras-chave: *Green Economy Initiative*; *Green New Deal*; Economia Verde; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial & Pós-pandemia.

Classificação JEL: Q56 & O19.

Abstract

The article addresses the need for a sustainable economic transition and the urgency to face ecological collapse, presenting the emergence of proposals for economic recovery after capitalist crises, such as the *Green Economic Initiative* (GEI) and the *Green New Deal* (GND) and their recommendations for policies inspired by Keynesianism. Through a discourse analysis of official documents, the article analyzes the extent to which international organizations such as the World Bank and the International Monetary Fund – considered crucial institutions for influencing national policies – are aligned with the perspective of the GEI and the GND and a practical reorientation of global economic policy towards a global green transition is promoted. The results show that the marginal incorporation of environmental themes was insufficient to produce a structural change in the policy recommendations of the analyzed institutions.

Keywords: *Green Economy Initiative*; *Green New Deal*; Green Economy; International Monetary Fund; World Bank & Post-pandemic.

JEL Code: Q56 & O19.

*Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia Centro. E-mail: priscilasantos@iftm.edu.br

† Professor Associado do Instituto de Economia e Relações Internacionais. E-mail: daniel.andrade@ufu.br

1. Introdução

Existe um amplo consenso entre os estudiosos, incluindo autores como Galbraith (2018), Chomsky, Pollin e Polychroniou (2020), Jacobs e Mazzucato (2015), Klein (2020) e Carney (2016) de que a sociedade precisa realizar uma transição para um modelo econômico mais sustentável. As evidências sobre a iminência de um colapso ecológico são cada vez mais abundantes, aumentando a urgência dessa mudança.

Essas obras, somadas às de economistas ecológicos e pós-keynesianos como Pettifor (2020) e Rifkin (2019), fornecem apoio para embasar a narrativa de recuperação econômica em bases verdes, que surgiu tanto após a crise de 2008, com a formulação da *Green Economic Initiative* (GEI) (UNEP, 2009a, UNEP, 2009b), quanto com a proposta do *Green New Deal* (GND) (Congress; House, 2019; European Commission, 2019; NextgenerationEU, 2020; UNEP, 2011), intensificada, em especial, após a pandemia do Covid-19. A partir dessas iniciativas, tem se discutido progressivamente o abandono da ortodoxia nas proposições políticas devido à sua incapacidade de indicar uma agenda positiva para as crises sanitária, econômica e ambiental dos últimos anos, levando a uma crescente adoção de políticas anticíclicas com base no keynesianismo (Alvarenga Junior & Young, 2021).

O que se percebe é que esses momentos de crise representaram oportunidades cruciais para reavaliar as prioridades econômicas, reconhecendo que a mudança deve ocorrer dentro de uma perspectiva de recuperação também do meio ambiente. Tanto GEI e GND compartilham uma abordagem voltada para a recuperação econômica em bases verdes e ocorreram, fundamentalmente, em momentos de crise do capitalismo. Reconhecem os desafios ambientais e propõem medidas para promover a eficiência energética, investimentos em energias renováveis e criação de empregos verdes, enfatizando a necessidade de uma transição para uma economia sustentável (Boyle *et. al.*, 2021; Lee & Woo, 2020).

Neste contexto, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) surgem como importantes atores globais que podem influenciar diretamente as políticas dos países. A compreensão de como o BM e o FMI se posicionam, em especial em momentos econômicos mais críticos, assim como o pós-recessão de 2008 e pós-crise de Covid-19, em que a macroeconomia dominante defende a implementação de medidas mais restritivas por parte do Estado, indica a possibilidade de que a manutenção de medidas keynesianas em bases verdes poderia ser consolidada na dinâmica macroeconômica atual.

A partir disso, o presente artigo tem como objetivo identificar se a narrativa dessas instituições está estruturada dentro da perspectiva da GEI e GND e se são capazes de promover uma reorientação efetiva de política econômica na economia mundial a partir desses órgãos. A análise buscará compreender como as diretrizes dessas instituições estão alinhadas com as propostas da GEI e do GND, e se são suficientes para promover uma reorientação de política nesses órgãos e, por consequência, na economia mundial.

Teoricamente, o artigo está embasado na macroeconomia ecológica pós-keynesiana (Santos & Andrade, 2023). Em termos metodológicos, é realizada uma análise de discurso de documentos oficiais do BM e FMI desde o pós-crise de 2008, além de ampla revisão bibliográfica sobre as recomendações de políticas dessas instituições. O artigo está estruturado em mais três seções, além dessa introdução e da conclusão. A segunda trata da criação da GEI como resposta à crise financeira de 2008. A terceira aborda a popularização do GND nos Estados Unidos e União Europeia a partir do choque pandêmico. Por fim, a terceira seção analisa em que medida se tem uma efetiva incorporação das proposições da GEI e GND nos organismos multilaterais (Banco Mundial e FMI), bem como a influência do contexto macroeconômico na estruturação de uma economia verde.

2. *Green Economy Initiative* (GEI) como resposta à crise financeira de 2008

O relatório Anual de 2007/2008 da *United Nations Environment Programme* (UNEP, 2009b), lançado em janeiro de 2009, destaca que 2008 foi um marco importante nas diretrizes da instituição, uma vez que ela passa a ter uma visão voltada para o futuro sobre o desenvolvimento sustentável destilada por meio da GEI. O relatório indica que o seu objetivo geral é garantir que os formuladores de políticas reconheçam a contribuição do investimento ambiental para o crescimento econômico, criação de emprego e suas respostas políticas à crise do *Subprime*¹. A GEI destaca ainda o papel fundamental dos governos em apoiar e incentivar essa transição, por meio de políticas públicas, instrumentos econômicos e parcerias com a sociedade civil e o setor privado. No relatório, a instituição propõe que as

¹ A crise do *subprime* em 2008 foi desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos EUA, levando a uma crise financeira global. Para lidar com os impactos, foram implementadas políticas expansionistas do Estado, como estímulos fiscais e monetários.

nações abarquem um *Global Green New Deal* (GGND) em busca da implementação da economia verde².

O UNEP apresenta o conceito de Economia Verde³ com o lançamento da GEI e este é apreendido, segundo D'avignon e Caruso (2011), como um rompimento em parte com a estrutura da economia capitalista vigente, que é voltada para a maximização das utilidades, e para um mercado hipoteticamente perfeito tendendo ao equilíbrio, rompendo ainda com a ideia de que a natureza e o planeta estariam à disposição das necessidades humanas. Young (2023) entende que o conceito de economia verde foi desenvolvido para operacionalizar a ideia de uma economia em que o aumento da produção beneficia o bem-estar humano e a equidade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e ecológicos de forma significativa. O UNEP defende que as metas ambientais e sociais de uma economia verde podem gerar crescimento e aumento de renda, além do bem-estar.

Na análise dos documentos do UNEP no período de apresentação da GEI, pode-se identificar um caminho de mobilização internacional na defesa de um movimento global em torno de uma recuperação econômica⁴ que seja orientada por políticas de desenvolvimento sustentável. Em março de 2009, o UNEP lançou um importante documento (*Policy Brief*) que seria um resumo de políticas que fariam parte da GEI, em colaboração com uma ampla gama de parceiros e especialistas internacionais e escrito por Edward Barbier (UNEP, 2009a), economista ambiental e de recursos e professor da Universidade de Wyoming (EUA). Essas

² As proposições em torno do GGND no debate *mainstream*, segundo Mathias *et al.* (2021), surgem em um período ainda anterior e que antecedem as eleições presidenciais dos EUA, em 2007, no artigo de Thomas Friedman para o *New York Times*. Nele, o autor destaca o imperativo de uma manifestação em torno de um “*Green New Deal*” e indica a necessidade de um candidato com uma agenda ambiental e energética ousada para ganhar a eleição americana (Friedman, 2007). O nome é inspirado no *New Deal*, um conjunto de programas implementados pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt nos anos 1930 para enfrentar a Grande Depressão. Segundo Friedman (2007), o mesmo ocorre para um *New Deal* de energia, pois para combater as mudanças climáticas e reduzir a dependência do petróleo é necessário diversificar as fontes de energia: solar, eólica, hídrica, etanol, biodiesel, carvão limpo e nuclear – e economizar recursos. Esse argumento se baseia na ideia central de que o setor público é essencial para dar direção e propósito para o setor privado.

³ Para o UNEP, economia verde é “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar humano e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011). Almeida (2012) lembra que existem muitas controvérsias sobre o significado de Economia Verde e faz uma crítica importante à perspectiva do UNEP, dando destaque de que economia verde não deve ser considerada como um novo conceito, mas uma proposta de um conjunto de instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável em uma reintegração de elementos desenvolvidos pela economia do meio ambiente, cuja inspiração é majoritariamente neoclássica.

⁴ As propostas do UNEP para a recuperação da crise de 2008 estão em consonância com medidas estabelecidas pelo G20 quanto à necessidade de atuação dos países na promoção do crescimento verde. Em função disso, entende-se que houve capilaridade na proposta da GEI. Após o colapso do Lehman Brothers em 2008, líderes do G20 se reuniram em Washington para estabilização econômica global, concordando com estímulos significativos e provisão de liquidez (G20, 2008). Em Londres, em abril de 2009, enfatizaram a expansão fiscal coordenada, buscando criar empregos e investir US\$ 5 trilhões para impulsionar a economia em 4% e acelerar a transição para uma economia verde (G20, 2009).

políticas fariam parte de um GGND, que seria um instrumento de aplicação dos princípios e ideias da economia verde. O documento apresenta três objetivos amplos: em primeiro lugar, contribuir para revitalizar a economia mundial, criando e protegendo empregos e protegendo grupos vulneráveis; em segundo lugar, promover o crescimento sustentável e inclusivo, bem como alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com atenção para erradicar a pobreza extrema; e, em terceiro lugar, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e a degradação dos ecossistemas, que são considerados os grandes obstáculos ao caminho para uma economia mundial sustentável (UNEP, 2009a).

O documento enfatiza a implementação de medidas para garantir um modelo sustentável após a crise de 2008, combatendo a pobreza extrema e evitando o aumento da escassez e instabilidade climática⁵. Para isso, é crucial não encarar o desenvolvimento econômico como um *trade-off* em relação à preservação ambiental. Segundo o *Policy Brief*, a atividade humana depende dos recursos ambientais e a perda contínua desses ativos em países mais pobres intensifica a persistência da pobreza (UNEP, 2009a).

Estudos como Mathias *et al.* (2021) e Mastini, Kallis e Hickel (2021) nomeiam essa fase de construção da GEI, que propõe a implementação de um *Global Green New Deal*, como GND 1.0, tendo o *Recovery Act*, nos EUA, aprovado em 2009 pelo governo do então presidente Barack Obama, como principal programa doméstico de recuperação implementado. O trabalho faz um levantamento das ações pelo mundo em torno das proposições da UNEP e afirma que com a crise financeira se tornando uma recessão econômica global, vários governos adotaram a ideia de adicionar investimentos em eficiência energética e energia renovável a seus pacotes de estímulo fiscal anticíclico.

Segundo Chen *et al.* (2020), o pacote de estímulo Norte Americano, que ocorreu por meio da Lei de Recuperação e Reinvestimento dos EUA (*US American Recovery and Reinvestment Act - ARRA*) de 2009, investiu mais de US\$ 800 bilhões para estimular o crescimento da economia estadunidense, oferecendo oportunidades de emprego, com parte dos fundos voltados a programas destinados a promover energia limpa e empregos verdes. Os investimentos abrangem desde gastos diretos para a criação imediata de empregos até os investimentos do Departamento de Energia em fontes de energia renovável e *retrofit* de

⁵ É sugestivo lembrar aqui a Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012, cujo tema principal foi a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. A conferência foi um marco na preparação do conjunto de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que seriam lançados mais tarde em 2015.

eficiência energética⁶, além de subsídios da Agência de Proteção Ambiental para o redesenvolvimento de áreas abandonadas. Para além disso, também estão inclusos incentivos fiscais e garantias de empréstimos para a energia renovável (Chen *et al.*, 2020).

O trabalho de Popp *et al.* (2020) faz um levantamento dos impactos no emprego do ARRA. Segundo os autores, a lei de recuperação e reinvestimentos americanos possuía como princípios-chave os investimentos em infraestrutura para permitir a transição para uma economia de energia eficiente e limpa, criando as bases para um crescimento econômico de longo prazo. Seu sucesso dependia da capacidade dos investimentos criarem novos empregos e se esses empregos estavam disponíveis para trabalhadores afetados por uma transição verde. O estudo indica que 17% dos gastos do *Recovery Act* destinaram-se a investimentos verdes, criando cerca de 15 empregos a cada U\$ 1 milhão de gastos ou a cada US\$ 67.750 por emprego entre 2013 e 2017 pós o ARRA (Popp *et al.*, 2020).

O relatório “*Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*”, da UNEP em 2011, apresenta argumentos econômicos para investimentos públicos e privados em setores estratégicos que impulsionem a economia verde global. Argumenta que os empregos verdes compensariam as perdas na transição, especialmente em áreas como agricultura, silvicultura, água doce, pesca e energia, diminuindo a pobreza (UNEP, 2011). O relatório destaca que a economia verde não prejudica a geração de riqueza ou empregos, sendo uma estratégia viável de crescimento econômico, sem ser uma imposição dos países desenvolvidos aos menos desenvolvidos. Desde sua concepção, a GEI adotou uma abordagem de “modernização ecológica”, buscando investimentos em soluções tecnológicas através de P&D, subsídios moderados e precificação do carbono para beneficiar o clima e gerar empregos, mas sem regulamentação coercitiva para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) (Mastini; Kallis & Hickel, 2021).

Ainda que não tenha uma perspectiva que rompa completamente com o *mainstream*, a GEI é apresentada com um certo afastamento das ideias neoclássicas que prevaleciam até a crise de 2008. Para Mathias *et al.* (2021), esse afastamento se dá pela mudança de abordagem, saindo da visão microeconômica das questões ambientais para uma visão macroeconômica, especialmente Keynesiana, em que levanta o papel fundamental do direcionamento dos investimentos, em especial os públicos, como fonte dinamizadora do processo de mudança para uma economia sustentável e geradora de emprego e renda.

⁶ *Retrofit* de eficiência energética refere-se ao processo de atualização ou melhoria de edifícios ou sistemas existentes para torná-los mais eficientes em termos de consumo de energia.

Segundo Harris (2024), a abordagem keynesiana, apagada durante o período de 1980 a 2007, em que a volatilidade econômica parecia diminuir, volta a ter atenção nesse período denominado de Grande Recessão. A crise do capitalismo nessa fase exigiu uma reorientação da teoria e política econômica, assim como a Grande Depressão fez no passado. Para o autor, com políticas implementadas nessa fase, os pós-keynesianos ofereceram novamente uma perspectiva alternativa que, em certos aspectos, reafirma os princípios essenciais de Keynes: a macroeconomia não tende automaticamente ao pleno emprego e a intervenção governamental pode ser necessária para garantir uma demanda efetiva adequada. Isso foi claramente evidenciado com a GEI, reforçando a importância desses princípios keynesianos fundamentais⁷. Ainda segundo Harris (2024), essa interseção é a base para as propostas atuais da GEI. Segundo o autor, estamos diante de uma transição econômica abrangente, assim como foi a revolução keynesiana original, o que exige modificações complexas na estrutura de produção e no consumo.

No entanto, considerando que as questões ambientais enfrentadas atualmente, especialmente as mudanças climáticas, são muito mais urgentes do que no passado, uma versão moderna da GEI requer não apenas uma análise keynesiana atualizada, mas também uma perspectiva econômica pós-keynesiana e ecológica ainda mais ampla como base teórica. Há, ainda, posições divergentes quanto ao real comprometimento dos princípios da economia verde com o desenvolvimento sustentável. Grande parte dos economistas ecológicos, por exemplo, tem ressalvas à ideia do alcance da sustentabilidade por meio desse arcabouço, uma vez que não se faz uma crítica séria ao paradigma “*crecientista*” ou à *growthmania*⁸.

Portanto, a GEI surge em meio a crises econômicas, oferecendo uma abordagem para uma recuperação verde ao integrar a sustentabilidade ambiental às políticas econômicas. Seu objetivo é revitalizar a economia global, promover crescimento sustentável e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A abordagem pós-keynesiana realça a importância dos investimentos públicos e privados na economia verde, visando à geração de empregos e ao combate à pobreza. Entretanto, críticas surgem quanto à sustentabilidade real desse modelo

⁷ A relevância atual desses elementos teóricos é enfatizada pelos pós-keynesianos, que destacam o papel da desigualdade econômica e da instabilidade inerente ao sistema financeiro. Eles se baseiam em teorias derivadas de Kalecki, que abordam a desigualdade de classes, e Minsky (1986), que analisa a instabilidade financeira (Harris, 2024). A atual história da teoria econômica revela uma interseção entre o keynesianismo, a economia pós-keynesiana e as preocupações ambientais.

⁸ *Growthmania* é um termo usado por Herman Daly, uma das mais importantes inspirações teóricas da economia ecológica, para se referir à ideia de que para muitos teóricos, todos os problemas civilizatórios (desemprego, desigualdades sociais e degradação ambiental) poderiam ser resolvidos por meio do crescimento econômico.

e a necessidade de modernização, levando em conta a dinâmica atual do capitalismo e a necessidade de reconsiderar o paradigma de crescimento econômico.

3. O choque pandêmico e a popularização do tema *Green New Deal* (GND)

O movimento em torno das propostas feitas pela UNEP por meio da GEI começa a perder o vigor a partir de 2010 por conta da volta de um consenso global em torno da necessidade de medidas de austeridade⁹. Segundo Mastini, Kallis e Hickel (2021) a busca por orçamentos equilibrados e controle da dívida pública após a recuperação inicial da crise de 2008 moldaram o caminho percorrido pelos governos, enfraquecendo a continuidade dos estímulos keynesianos da economia verde proposta pela GEI.

No entanto, em 2018, nos Estados Unidos (EUA), com a aproximação das eleições presidenciais, os esforços para reduzir a poluição e aumentar a capacidade de produção de energia renovável passam a ter espaço no debate político, pois era a bandeira mais apoiada pelos eleitores. Mais à frente, com a pandemia de Covid-19 em 2020, as propostas de condução de políticas voltadas para a recuperação econômica em bases verdes voltam a ter um espaço ainda mais amplo no debate internacional e nas políticas públicas.

Diante desse cenário, Mastini, Kallis e Hickel (2021) identificam um ponto de mudança nos preceitos do GND 1.0 a partir de 2018 e, em especial com a Resolução nº 109 do Congresso dos Estados Unidos, aprovada em 2019. Segundo Mathias *et al.* (2021), as mudanças ocorreram em função das reformas sociais e trabalhista, além das políticas de garantia de emprego no país. A Resolução nº 109 – chamada de a *Resolução Green New Deal* (GND), endossada por 111 legisladores federais dos EUA e por grande parte dos candidatos presidenciais do Partido Democrata em 2020 – foi apresentada pela congressista americana Alexandria Ocasio-Cortez e pelo senador Ed Markey. O evento provocou uma grande reação global, pois seus principais objetivos são descarbonizar radicalmente a economia dos EUA e diminuir a desigualdade econômica (Galvin & Healy, 2020). Para Carvalho (2021), o

⁹ Em julho de 2010, o G20 se reúne e reafirma a importância de os países atuarem para promover o crescimento econômico, mas destaca enfaticamente a necessidade de políticas monetárias voltadas para a estabilização dos preços e países com déficit avançado devem tomar medidas para aumentar a poupança nacional (G20, 2010b). Em novembro do mesmo ano, em outra reunião, o foco do G20 é a consolidação das finanças públicas, diante do período de expansão da liquidez internacional, logo após a crise de 2008. Assim, a partir de 2010, o grupo passa a ter uma preocupação maior com o endividamento dos países e a necessidade da estabilização das políticas monetárias mais restritivas (G20, 2010a).

documento está vinculado ao Acordo de Paris¹⁰, pois tem um compromisso de limitar o aumento da temperatura em até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais e um compromisso marcante nas áreas sociais.

A resolução nº 109 (Congress & House, 2019), reconhece que as mudanças climáticas observadas no último século foram ocasionadas pela atividade humana. Reconhece, ainda, que as alterações do clima estão refletindo no aumento do nível do mar e dos incêndios florestais, além das rigorosas secas e tempestades e outros eventos climáticos severos que colocam em risco a vida humana. O documento responsabiliza os EUA pela emissão desproporcional de gases com efeito de estufa (cerca de 20 % das emissões globais até 2014) e os coloca como líderes na responsabilidade de reduzir as emissões por meio de uma transformação econômica, também em função da sua elevada capacidade tecnológica.

O documento propõe uma mobilização nacional de 10 anos com os seguintes projetos: reforçar a resiliência contra catástrofes climáticas, eliminar emissões de gases de efeito estufa (GEE), acesso universal à água potável, leis de infraestrutura focadas em mudanças climáticas, energia 100% limpa, eficiência energética, crescimento da manufatura limpa, reforma do transporte, proteção de ecossistemas, intercâmbio internacional de tecnologia e garantia de emprego, salários justos e segurança econômica para todos os cidadãos (Mastini; Kallis & Hickel, 2021). Isso indica um grau de mudança importante em relação à versão anterior da GEI.

Durante as eleições de 2020, Donald Trump, então presidente dos EUA e candidato à reeleição derrotado, criticou Biden, candidato democrata à presidência, por supostamente apoiar o GND, considerado radical e prejudicial à economia pelo então candidato republicano. Biden, por sua vez, enfatizou seu plano, o *American Jobs Plan*, que se afasta do *Green New Deal*. Segundo Cruz Lera (2022), o plano de Biden destina 40% do orçamento para empregos, mas não inclui garantias salariais proporcionais ao custo de vida. Comparado ao GND de 2019, o plano de Biden é menos ambicioso, não proibindo o *fracking*¹¹ nem estabelecendo metas claras para uma transição energética ágil. Mathias *et al.* (2022) e Smith

¹⁰ O Acordo de Paris é um acordo internacional sobre mudanças climáticas, adotado em 2015 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21). Sua principal importância reside no compromisso global de limitar o aquecimento global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, buscando esforços para limitá-lo a 1,5°C. As principais metas do Acordo de Paris incluem a redução das emissões de GEE, o aumento da resiliência climática e o fornecimento de financiamento adequado para países em desenvolvimento.

¹¹ *Fracking* é a extração de gás natural ou petróleo por meio da injeção de fluidos em alta pressão no subsolo. Seus impactos ambientais incluem a contaminação da água, liberação de GEE (o metano sendo o principal), riscos sísmicos, degradação de ecossistemas e consumo excessivo de água.

(2021) veem o plano Biden como multifacetado, incluindo proteção ambiental, apoio a sindicatos, cancelamento de dívidas estudantis, medidas tributárias e imigração. Embora não esteja explicitamente vinculado ao GND, prioriza investimentos em infraestrutura para uma transição à energia limpa. Mathias *et al.* (2022) o consideram um plano de desenvolvimento socioeconômico sustentável, aderente às recomendações da UNEP (2009a, 2009b e 2011), com investimentos verdes e combate à pobreza, alinhando-se aos ODS.

Partindo para outro ator global importante no debate ambiental, o *European Green Deal* é um plano abrangente de ação climática e ambiental adotado pela União Europeia em 2019. Sua implementação toma força e é acelerada diante da crise que se formou com a pandemia de Covid-19, por meio do *NextGenerationEU*. Foi apresentado pela Comissão Europeia com o objetivo de tornar a Europa o primeiro continente neutro em carbono até 2050 e transformar a economia europeia em uma economia sustentável. Envolve um pacote de financiamento de 750 bilhões de euros, tendo uma combinação de subsídios e empréstimos direcionados para investimentos em áreas como transição energética, inovação, saúde, infraestrutura digital e *reskilling* de trabalhadores¹².

O plano abrange diversas áreas, incluindo a redução de GEE, a promoção de energias renováveis, a eficiência energética, a transição para uma mobilidade sustentável, a proteção da biodiversidade, a eliminação da poluição e a promoção da economia circular (Chen *et al.* 2020). O *NextGenerationEU* também busca promover a inovação, criar empregos verdes e impulsionar o crescimento econômico sustentável. Para alcançar esses objetivos, foram previstos recursos financeiros consideráveis, incluindo fundos públicos e privados. Ele estabelece prioridades-chave e reafirma o compromisso da Europa com a transição verde.

No entanto, a implementação do plano impõe obstáculos significativos. A divisão entre Estados membros, tanto do ponto de vista geográfico (Norte-Sul, Oeste-Leste) quanto de interesses divergentes, pode prejudicar a transição energética europeia. Além disso, a oposição popular representa um desafio devido às preocupações com o bem-estar e o emprego diante da transformação econômica e industrial resultante (Hafner & Raimondi, 2020).

Segundo Mathias *et al.* (2020), o novo arcabouço do GND, com a Resolução nº 109 e com a implementação do *NextGenerationEU* na Europa, chamado por alguns autores como GND 2.0 (entendendo que seria uma continuidade da GEI, denominada por alguns autores

¹² *Reskilling* de trabalhadores refere-se ao processo de adquirir novas habilidades ou competências para se adaptar a novas demandas do mercado de trabalho ou a mudanças tecnológicas e industriais.

de GND 1.0), reconhece que a crise climática é apenas uma parte de uma crise social mais profunda. Mastini, Kallis e Hickel (2021) acrescentam ainda que o GND 2.0 abandona a primazia dos instrumentos de política ambiental, entendida como uma falha de mercado que pode ser resolvida por meio da incorporação do custo externo de produção ou atividades de consumo. Ao contrário, o GND 2.0 coloca os governos nacionais como os grandes comandantes da regulamentação ambiental, estabelecendo a maneira como devem ser alcançadas a redução dos níveis de poluição (Mastini; Kallis & Hickel, 2021), apresentando, portanto, algum nível de ruptura com sua perspectiva de criação, mas ainda sem mecanismos desenvolvidos de controle e mensuração dos resultados alcançados assim como a GEI. Neste aspecto, também parece haver um distanciamento do GND 2.0 dos princípios da teoria neoclássica do meio ambiente (economia da poluição) e uma convergência com abordagens teóricas heterodoxas (a economia ecológica e pós-keynesiana, por exemplo)¹³.

Rifkin (2019) vê o GND coordenado na necessidade de uma Terceira Revolução Industrial de carbono zero, perseguindo transformações tecnológicas que podem resultar em melhoria da eficiência energética, economia circular, aumento da produtividade e energia renovável, capaz de criar emprego em massa também dentro de uma perspectiva keynesiana. Para Green (2022), essa herança keynesiana comum de apreensões produtivistas com pleno emprego, aumento da renda e produtividade, liga às proposições do GND com as bases do *New Deal*.

No entanto, para Green (2022), essa herança keynesiana tem como premissa a negação dos limites ecológicos e é manchada por sua associação histórica com a destruição ambiental. Isso leva à necessidade de que as propostas do GND sejam dinamizadas respeitando os limites ecológicos vivenciado pela geração atual e futura. Caso isso não seja feito, existe o risco de que as proposições do GND não resultem em ações que promovam transformações profundas no sistema econômico e produtivo em uma perspectiva verdadeiramente verde, ficando apenas no campo do discurso.

Em outra linha de argumento, Garcia (2023) mostra-se cético com relação tanto à GEI quanto ao GND, pois destaca que a implementação de ambas envolve a expansão de setores primários, como mineração e agropecuária, que têm impactos ambientais e socioambientais negativos. Energias renováveis e veículos elétricos ainda dependem de recursos não renováveis (minérios, principalmente). Assim, a falta de análises de ciclo de vida

¹³ Esta percepção não é compartilhada por Garcia (2023), cuja crítica é detalhada nos parágrafos seguintes.

das tecnologias do GND impede a compreensão total de seus efeitos na sociedade. O autor indica que na prática tanto a GEI quanto o GND estão mais alinhados com a abordagem teórico-metodológica da economia ambiental do que com a da economia ecológica¹⁴. Além disso, para o autor, não há garantias de que o GND seja implementado com base nos princípios de justiça social e respeito aos limites dos ecossistemas, a desigualdade social é alimentada por instituições como o mercado de trabalho, o sistema financeiro, o sistema tributário e os direitos de propriedade.

Os argumentos de Garcia (2023) sobre a dependência do GND e da GEI em relação aos recursos não renováveis é coerente no sentido de que a construção de cadeias de suprimento para as emissões líquidas de carbono por meio da eletrificação resultará, por exemplo, em uma demanda sem precedentes de cobre, que está concentrado no Chile e Peru, podendo afetar a oferta desse recurso extremamente necessário (Yergin, 2022). Para esse autor, o aumento da demanda de cobre pode criar tensões entre países detentores de recursos e empresas de mineração, afetando a taxa de investimento. Fatores de oferta influenciam inflações globais, elevando o risco de apertos monetários levarem a crises econômicas, agravando o desemprego e desencadeando recessões e crises sociais. Com essa análise, Yergin (2022) chama atenção não apenas para a necessidade de se considerar que o crescimento verde resultará na manutenção da exploração dos recursos naturais – convergindo com Garcia (2023) –, mas que um crescimento nessas bases e sem um devido planejamento pode resultar em desdobramentos macroeconômicos ainda não explorados.

Para Abramovay (2012), já existem informações consolidadas que identificam a impossibilidade de compatibilizar a preservação e a regeneração dos serviços ecossistêmicos com o intuito de manter o crescimento como regra do sistema econômico, trazendo um elemento importante à discussão dos impactos da GEI e o GND nas economias e nas condições de resiliência da natureza. Para o autor, o crescimento verde seria um mito. O desenvolvimento de tecnologias verdes, sua transferência para países menos desenvolvidos, como sugerem a GEI e o GND, não seriam capazes de reduzir significativamente o uso dos materiais, energia e emissões decorrentes deste processo.

¹⁴ Assim, a relação entre crescimento econômico e uso de recursos não desapareceria no chamado crescimento verde promovido pela GEI e GND. Para Garcia (2023), o GND mantém o *status quo* do sistema econômico, rotulando-o agora como “verde” em termos de crescimento, emprego, produção e consumo (Garcia, 2023). Sua ênfase no crescimento econômico como meio para alcançar uma Economia Verde e de baixo carbono é uma limitação significativa. A economia ecológica, em última instância, argumenta que não há crescimento, emprego, produção ou consumo verdadeiramente “verdes”.

Segundo dados da *International Energy Agency* (IEA) de 2021, enquanto o mundo ampliou a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) nos últimos anos, os Estados Unidos diminuíram cerca de 6,33% as emissões de CO₂ por pessoa entre 2009 e 2019 (IEA, 2021). Um dos grandes motivos da queda foi a crescente adoção do gás de xisto como fonte de energia, considerada uma alternativa transitória mais limpa e barata em comparação com o carvão na geração de eletricidade. Muitas usinas de carvão foram substituídas por usinas a gás natural, reduzindo as emissões de CO₂, óxido de enxofre e óxido de nitrogênio. Já na União Europeia, a diminuição no período entre 2009 e 2019 foi de 12,32%¹⁵ por pessoa, resultado das metas ambiciosas do continente em reduzir as emissões de GEE (IEA, 2021).

A redução das emissões de CO₂ nos Estados Unidos e na União Europeia é um sinal de que as iniciativas de combate às mudanças climáticas, como os esforços para reduzir as emissões de GEE, podem ter impactos positivos na diminuição da poluição e na mitigação das mudanças climáticas. No entanto, o resultado desses esforços está distante da meta do acordo de Paris, que é limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Assim, o debate sobre a sustentabilidade ambiental precisa ganhar ainda mais força.

A incorporação das ideias da GEI e do GND surge como uma alternativa para preservar os serviços ecossistêmicos em países e regiões que contribuem significativamente para a insustentabilidade global. Resta saber se multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, importantes *benchmarks* para a formulação de políticas macroeconômicas, incorporam adequadamente as propostas da GEI e GND. Esse tópico é investigado na próxima seção.

4. GEI e GND: incorporação em organismos multilaterais (Banco Mundial e FMI)

O quadro 1 apresenta os principais documentos e registros oficiais da ONU, dos EUA e da União Europeia (UE) considerados marcos para a GEI e GND. Com ele, é possível concluir que o contexto político e macroeconômico em que a GEI e o GND foram criados envolveu uma preocupação, que deve ser considerada, com a sustentabilidade

¹⁵ De acordo com o IPCC, (2023) as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) têm aumentado, apesar de alguns sinais positivos. A taxa de crescimento anual das emissões diminuiu de 2,1% ao ano entre 2000 e 2009 para 1,3% ao ano entre 2010 e 2019. No entanto, o progresso global na redução das mudanças climáticas ainda está abaixo do necessário. As emissões de GEE continuaram a aumentar consistentemente ao longo da última década, chegando a 59 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e) em 2019, o que representa cerca de 12% a mais do que em 2010 e 54% a mais do que em 1990 (IPCC, 2023).

ambiental e os desafios econômicos enfrentados pelas nações. A implementação dessas iniciativas exigiu a participação de diversos atores políticos, como governos, sociedade civil e setor privado.

Quadro 1 - Iniciativas em torno da GEI e GND – UNEP, EUA e União Europeia

| Data | Evento |
|-------------------|---|
| Janeiro de 2009 | Lançamento do relatório Anual de 2007/2008 da UNEP, marcando uma mudança nas diretrizes da instituição para uma visão voltada para o desenvolvimento sustentável através da GEI. |
| Fevereiro de 2009 | Aprovação do <i>Recovery Act</i> nos Estados Unidos pelo então presidente Barack Obama, marcando um importante programa doméstico de recuperação e estímulo à economia. |
| Março de 2009 | Lançamento do <i>Policy Brief</i> pela UNEP, um resumo das políticas que compõem a GEI e que formariam a base para o GGND. |
| 2011 | Lançamento do documento “ <i>Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication</i> ” pela UNEP, que apresenta argumentos econômicos para o deslocamento de investimentos públicos e privados para transformar setores estratégicos que são decisivos para esverdear a economia global. |
| Fevereiro de 2019 | Aprovação da Resolução nº 109, chamada de a resolução GND, endossada por 111 legisladores federais dos EUA e grande parte dos candidatos presidenciais do Partido Democrata em 2020. |
| Dezembro de 2019 | Implementação do <i>European Green Deal</i> pela União Europeia, com o objetivo de tornar a Europa o primeiro continente neutro em carbono até 2050 e transformar a economia europeia em uma economia sustentável. |
| 2020 | Durante as eleições, Donald Trump critica Joe Biden por sua associação com o <i>Green New Deal</i> . Biden se distancia desse acordo, enfatizando seu próprio plano, o <i>American Jobs Plan</i> . |
| 2023 | Restrições macroeconômicas e possibilidade de refletir na diminuição das políticas do GND. |

Fonte: Elaboração própria.

A análise documental revela um contexto político e macroeconômico particular em que a GEI e o GND foram criados. Eles tomaram forma e passaram a ter espaço de implementação como respostas políticas de estímulo keynesiano diante dos desafios econômicos e ambientais vivenciados pelos países nessas últimas décadas.

Segundo Kedward e Ryan-Collins (2022), a GEI propôs uma abordagem abrangente para enfrentar a crise de 2008, destacando a necessidade de um papel mais ativo do Estado e reformas ambientais sistêmicas. A ideia de incorporar metas de sustentabilidade nos planos de recuperação foi difundida, buscando sinergias entre investimentos verdes, resultados

sociais e emprego. Mastini, Kallis e Hickel (2021) veem a GEI como um exercício tecnocrático de investimento em tecnologia verde com propostas políticas de reinício da economia após a crise de 2008. Já o GND é visto como um movimento que é estimulado por demandas populares no contexto de lutas por justiça ambiental (Mastini, Kallis & Hickel; 2021). Ele toma ainda mais força com a pandemia de Covid-19, que impulsionou o GND como uma resposta política sem precedentes, alterando o consenso macroeconômico e favorecendo sua implementação.

Estímulos fiscais em grande escala voltaram à agenda e a política monetária assumiu um papel mais amplo. O presidente Biden abraçou a narrativa de empregos verdes do GND, enquanto a Comissão Europeia comprometeu uma parcela significativa de seu plano de recuperação para objetivos climáticos com o *European Green Deal* (Kedward & Ryan-Collins, 2022). No entanto, Kedward e Ryan-Collins (2022) alertam para o perigo de que os pacotes de políticas do GND possam se limitar a estímulos de curto prazo, assim como aconteceu com a GEI, em vez de abordar uma transformação econômica estrutural, necessária para alcançar globalmente emissões líquidas de carbono zero.

Assim, um ponto importante a ser notado em comum no desenvolvimento das propostas da GEI e do GND é que ambas nasceram em momentos de crise econômica e na urgência de implementação de um novo direcionamento das políticas públicas, em que o problema ambiental foi incorporado na necessidade de recuperação econômica nos moldes keynesianos financiada pelos Estados¹⁶, promovendo uma abordagem verde. O GND pode ser visto como uma reafirmação desse discurso, inspirado pelas propostas da GEI. No entanto, o que se percebe é que a macroeconomia nesse tempo não foi suficientemente reformulada para incorporar a transformação ecológica proposta por GEI e GND. Ao considerar as iniciativas como perspectivas keynesianas, a macro pós-keynesiana ainda não incorporou os desafios econômicos e ecológicos atuais com o rigor necessário para direcionar os Estados na adoção das políticas de base verde, tornando-as ainda mais frágeis na sua consolidação, apesar dos esforços de pesquisas recentes para agregar as implicações ecológicas do capitalismo de forma mais estruturada¹⁷. Por outro lado, a economia ecológica

¹⁶ Foge ao escopo do trabalho apresentar os pressupostos da teoria keynesiana. O artigo associa as recomendações de política da *Green Economy Initiative* e do *Green New Deal* à perspectiva keynesiana pelo fato de que elas se afastam de recomendações baseadas do *laissez-faire*, típicas da teoria econômica dominante (neoclássica), e se apoiam na maior intervenção do Estado na vida econômica via política fiscal e monetária.

¹⁷ Ghisellini, Passaro e Ulgiati (2021) propõem que a contribuição de Keynes seja útil na construção de um novo paradigma de desenvolvimento socioeconômico conduzido pelo GND e uma economia circular. Isso implica revisar o papel do Estado, consumidores, empresas e instituições para criar um ciclo virtuoso entre eles.

reconhece as limitações biofísicas da economia, mas não possui uma teoria macroeconômica consistente (Huwe & Rehn, 2022).

As limitações conceituais e o não aprofundamento das discussões em torno do esgotamento dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos diante da lógica dominante no funcionamento do capitalismo restringem o potencial do GND. Para os formuladores de políticas, prevalece a dependência dos mercados financeiros privados para investimentos em recuperação verde, levando-os à resolução das falhas de mercado e redução dos riscos para atrair investimentos privados em projetos verdes (Kedward & Ryan-Collins, 2022). Ao mesmo tempo, como as interações atuais do GND possuem uma perspectiva mais local, ela perde a dimensão internacionalista como era a proposta da GEI, podendo tornar ainda mais limitante uma mudança de paradigma no funcionamento da dinâmica capitalista.

Outro argumento importante na análise evolutiva da GEI e GND é levantada por Green (2022). O autor ressalta que ambos os programas visam impulsionar a recuperação econômica de maneira sustentável, destacando a importância de medidas ambientais, com o intuito de promover uma transição para uma economia mais verde. Todavia, tais programas (GEI e GND) dão pouca atenção aos meios técnicos que são assumidos para viabilizar sua realização (Green, 2022).

Como efeito, a transição verde passa a ganhar destaque nas agendas econômicas e políticas globais, levando à implementação de iniciativas como o Acordo de Paris sobre o clima e a adoção de metas de desenvolvimento sustentável da ONU. O G20 e outras instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a oferecer suporte financeiro e assistência técnica para projetos e políticas ambientais, incentivando a adoção de práticas sustentáveis em diversos setores. Eles entenderam que as soluções para os desafios socioeconômicos globais precisavam estar alinhadas com a proteção do meio ambiente.

Aqui vale ressaltar a considerável influência do BM e do FMI no direcionamento das políticas públicas dos países por meio de seus empréstimos, assistência técnica, orientações e recomendações. Suas posições têm o potencial de moldar as escolhas econômicas e sociais das nações, mas também geram debates sobre a autonomia e a pertinência de suas abordagens. A análise da ressonância da atuação do BM e do FMI em relação às recomendações de políticas inseridas na perspectiva da GEI e GND é de extrema

A revisão não se restringe à promoção do consumo, considerando as consequências ambientais e buscando soluções para o desenvolvimento sustentável, superando o debate sobre o esgotamento do planeta.

importância para entender em que medida esses organismos podem influenciar no direcionamento dos países dentro da perspectiva da economia verde.

A partir da análise de documentos e relatórios, tanto do BM quanto do FMI, é possível perceber que alguns aspectos da perspectiva da economia verde e, portanto, da GEI e do GND, têm sido abordados desde o pós-crise de 2008. O foco das instituições está na necessidade de o crescimento econômico ocorrer em bases verdes e, para isso, ambos se colocam como viabilizadores do financiamento verde. Existem, porém, alguns pontos nas abordagens desses organismos que precisam de atenção, pois podem contribuir para que as propostas da GEI e GND fiquem apenas no discurso como bandeiras levantadas, sem a necessária capilaridade com a perspectiva da economia verde.

Desde 2008, o BM tem seguido as recomendações da ONU para a iniciativa verde. No documento Estratégia Ambiental 2010-2020, destaca-se seu papel na gestão da poluição para alcançar o desenvolvimento sustentável. Enfatizam a necessidade de promover um desenvolvimento amplo e inclusivo, enfrentando novos desafios e aproveitando oportunidades para lidar com a poluição. O BM revisou seu portfólio desde os anos 1990, buscando compreender tendências e tipologias de gestão da poluição, apoiando projetos alinhados com essa visão.

Em 2012, o BM defende o crescimento verde inclusivo, destacando que o uso ineficiente e o esgotamento do capital natural ameaçam o bem-estar social. A instituição responsabiliza falhas de mercado, políticas e instituições por não considerarem adequadamente os custos sociais do esgotamento de recursos. O BM enfatiza que os obstáculos ao crescimento verde não são os custos das políticas verdes, mas sim a inércia política, comportamental e a falta de instrumentos de financiamento (Fay, 2012).

Em um relatório recente, intitulado *Thriving: Making Cities Green, Resiliente and Inclusive in a Changing Climate* (Roberts & Mukim, 2023), o BM ressalta a necessidade de construir cidades dentro de uma perspectiva de economia verde e destaca as demandas mais acentuadas dos países menos desenvolvidos, que enfrentam desafios maiores em relação às mudanças climáticas e têm estruturas urbanas menos inclusivas. O Banco reafirma seu compromisso de alinhar todas as suas operações de financiamento com as metas do Acordo de Paris por meio do Plano de Ação para Mudanças Climáticas 2021-2025, buscando promover o Desenvolvimento Verde, Resiliente e Inclusivo, conhecido como GRID (*Green, Resilient, and Inclusive Development*). O objetivo, segundo a instituição, é alcançar 100% de alinhamento a partir de julho de 2023. Segundo o documento *The World Bank Group's*

Approach to Paris Alignment, o BM busca fortalecer a resposta à ameaça das mudanças climáticas, integrando desenvolvimento sustentável e esforços para erradicar a pobreza (World Bank Group, 2022).

De forma semelhante, o FMI, nas últimas décadas, incorporou a temática das “Mudanças Climáticas” em seus estudos e recomendações. No entanto, o FMI concentra-se em recomendar políticas públicas que mantenham a confiança do mercado e evitem surpresas nas mudanças de perspectivas políticas relacionadas à transição energética e às mudanças climáticas. Logo após a crise do *subprime*, seu foco estava centrado na recomendação da comercialização de créditos de carbono, além de recomendar a exclusão de subsídios concedidos às formas de energia poluidoras.

Em 2009, no documento *Climate Policy in Hard Times*, o diretor do departamento de assuntos em finanças do FMI declara que o Fundo reconhece a importância de combater as alterações climáticas e destaca a necessidade de que os países adotem medidas políticas eficazes para reduzir os danos climáticos (Jones & Keen, 2009). O Fundo declara que considera a recuperação econômica após a crise financeira global de 2008 crucial e enfatiza a importância de medidas políticas abrangentes e coordenadas para lidar com as mudanças climáticas. Isso inclui a precificação do carbono, a reversão de subsídios aos combustíveis fósseis e o estímulo a investimentos em energia renovável.

Na véspera da COP15¹⁸, o FMI faz uma declaração sobre a sua função em relação às mudanças climáticas e declara que o Fundo não é uma organização ambiental, mas que pode contribuir na formulação de respostas de políticas apropriadas, pois reconhece que as mudanças no clima afetam o ambiente macroeconômico (Lagarde, 2015). No documento, o FMI destaca que busca criar resiliência climática por meio do desenvolvimento de estruturas abrangentes de gestão de risco. Isso inclui avaliar riscos, criar amortecedores domésticos, transferir riscos via seguros e adaptar políticas de investimento para promover a resiliência dos países.

Em documentos mais recentes, o Fundo mantém o reconhecimento das mudanças climáticas como uma ameaça ao crescimento econômico e coloca-se como um agente capaz de ajudar os países a enfrentarem esses desafios por meio de políticas orçamentárias e

¹⁸ A 15ª Conferência das Partes foi uma conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas realizada em Copenhague, Dinamarca, em 2009. O objetivo principal da COP15 era alcançar um acordo global para combater as mudanças climáticas e substituir o Protocolo de Kyoto, que expiraria em 2012. No entanto, as negociações foram desafiadoras e não resultaram em um acordo global abrangente. Apesar disso, a COP15 trouxe à tona a importância do combate às mudanças climáticas e estimulou discussões subsequentes para a assinatura do Acordo de Paris em 2015.

macroeconômicas. Assim, coloca-se de uma forma mais vigorosa na atuação em torno da crise climática vivida pelo globo. O Fundo potencializou as pesquisas na área, mantendo o aconselhamento político direcionado para que os países promovam o crescimento resiliente e de baixo carbono. A recomendação era de ampliação de gastos orçamentários relacionados ao clima em países com gestão financeira sólida e a vinculação de *swaps* a métricas simples de monitoramento, como emissões de carbono, desmatamento ou exploração oceânica. O FMI propõe o uso dos *swaps*, que são trocas de dívida de países em desenvolvimento por investimentos em projetos de conservação ambiental ou desenvolvimento sustentável, entendendo como uma ação inovadora capaz de ajudar governos que têm acesso limitado a subsídios tradicionais ou alívio da dívida (Georgieva; Chamon & Thakoor, 2022). Além disso, o FMI propôs estruturar acordos abrangentes em torno de metas climáticas e ambientais, como a descarbonização do setor de energia e investimentos em adaptação e preservação da natureza o (Parry; Preto & Roaf, 2021).

Em um artigo de janeiro de 2023, o FMI defende que com as ferramentas certas os formuladores de políticas podem ajudar a gerenciar os riscos climáticos que afetam as economias e os sistemas financeiros. O estudo dá ênfase na preocupação dos impactos das questões climáticas nas instituições financeiras, já que entende que elas são afetadas tanto pelos impactos físicos do clima, em função dos danos causados por desastres naturais, mas também pelos riscos da transição para uma economia de baixo carbono, já que essa transição inclui custos associados a impostos sobre carbono e leis de eliminação gradual de combustíveis fósseis antes da disponibilidade de alternativas sustentáveis (Adrian; Haksar & Krznar, 2023).

Nesses documentos, muito embora o FMI demande atuações por parte dos Estados de forma mais direcionadas para uma transição verde, ele mantém suas recomendações por políticas que preservem o fortalecimento da moeda dos países, uma baixa intervenção dos Bancos Centrais, manutenção de reservas cambiais, o fortalecimento dos sistemas financeiros e taxas de câmbio que reflitam os fundamentos econômicos dos países. Além disso, enfatiza a necessidade de que as ações dos Bancos Centrais sejam cautelosas e que não gerem desconfiança do mercado financeiro. Recomenda a ação do Estado no direcionamento e no financiamento das políticas, mas dentro de certos limites, sem ampliação do endividamento público e mantendo as contas superavitárias. Esses elementos também podem ser vistos no artigo escrito por Singh (2023), na plataforma de finanças e desenvolvimento do FMI.

Um estudo feito por Amoretti, Cozzolino e Giannone (2021) corrobora com a análise feita acima. Os autores avaliam que após a crise de 2008 ocorreu uma mudança moderada das recomendações de política fiscal por parte do FMI, em função da ênfase dada pelo Fundo ao estímulo fiscal discricionário em momentos críticos, embora siga na recomendação da manutenção da consolidação fiscal gradual após a crise. Segundo os autores, com a crise de Covid-19 a ênfase na consolidação orçamental passou a ser menos presente assim que deflagrada a crise da pandemia em 2020, trazendo novamente para a pauta das recomendações do Fundo uma maior intervenção liderada pelo Estado, em uma perspectiva mais keynesiana, por meio de estímulos fiscais, investimentos públicos e políticas de geração de empregos (Amoretti; Cozzolino & Giannone, 2021). No entanto, os autores enfatizam que a credibilidade perante os credores e a consolidação orçamental seguem como prioridades fundamentais do FMI.

O trabalho de Ban (2015) também explica que desde 2008 o FMI tem se mostrado mais aberto ao uso de pacotes de estímulo fiscal discricionário para lidar com recessões. No entanto, para o autor, essas mudanças não representaram uma mudança paradigmática, mas sim uma recalibração cuidadosa de sua ortodoxia fiscal anterior ao período pré-crise. Assim, a crise financeira global e a subsequente Grande Recessão não resultaram em uma mudança radical na doutrina do FMI sobre política fiscal, segundo Ban (2015). Em vez disso, a organização fez adaptações ao seu *status quo* pré-crise para lidar com a situação. Embora o objetivo principal de manter a credibilidade dos estados com os mercados financeiros tenha persistido, houve uma maior aceitação de programas de estímulo fiscal discricionários e ênfase em consolidação fiscal gradual quando o espaço fiscal para estímulo era limitado (Ban, 2015). A mudança pontual foi influenciada por incorporação de intelectuais da macroeconomia em seu quadro de funcionários, mas que encontrou resistência dos profissionais veteranos. Isso pode explicar, por exemplo, a existência de documentos que aparentemente são contraditórios na perspectiva do Fundo¹⁹. Ban (2015) afirma que é possível que essa mudança adaptativa possa se transformar em uma mudança mais profunda e duradoura no futuro.

Clift (2019) considera que essa modificação da perspectiva do FMI, em especial após a crise de 2008, em torno da necessidade de que os países direcionem suas economias para

¹⁹ Essa análise pode ser vista de uma forma mais profunda em um trabalho mais recente do autor em que faz um levantamento da formação e origem profissional do grupo de trabalho do FMI (Ban & Patenaude, 2019). O estudo enfatiza que a ortodoxia prevalece na formação desses profissionais e o quanto esse elemento influencia no direcionamento da perspectiva das instituições e, portanto, no pensamento econômico.

um crescimento resiliente e de baixo carbono e de uma diminuição do rigor fiscal em economias sólidas em momentos de crise, representa uma mudança gradual, mas significativa. Ele afirma que já no início dos anos 2000 os modelos do FMI baseados em suposições ricardianas foram considerados insuficientes e começaram a incorporar mais *insights* keynesianos (Clift, 2019). Com a incorporação de uma atuação mais ampla do Estado no direcionamento das políticas de recuperação verde após a crise, Clift (2019) acredita que a instituição acelerou essas revisões e adotou concepções pós-keynesianas. Mas, assim como Ban (2015), o autor conclui que parte dos economistas do Fundo permanecem alinhados à perspectiva clássica, fazendo com que as recomendações possuam vieses diferentes dependendo do contexto.

No que tange ao BM, uma análise recente do portfólio global de energia ativa da instituição questiona a atuação do Banco nos financiamentos verdes. Heike Mainhardt, especialista colaborador do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), examinou mais de 675 operações de financiamento relacionadas à energia pelo BM disponíveis em seus *sites*. O estudo revelou que o Banco destina três vezes mais financiamento a projetos de combustíveis fósseis do que à energia renovável (Mainhardt, 2019). Por outro lado, esses financiamentos frequentemente dependem da lógica de mercado, priorizando projetos lucrativos em vez daqueles com maior impacto ambiental. Além disso, há o risco de *greenwashing*, em que projetos são comercializados como sustentáveis, mas não são verdadeiramente efetivos na transição. A falta de mudanças estruturais também pode ocorrer, como o financiamento de projetos de energia renovável dentro de modelos dominados por grandes corporações. O que se percebe é que o Banco ainda não conseguiu consolidar em termos práticos o seu discurso em torno da necessidade de apoio a projetos e ações em prol da questão climática, deixando à vista o desafio da mudança proposta.

Diante do exposto, tanto a GEI quanto o GND repercutiram em alguma medida em termos de recomendação de política econômica no BM e no FMI. No entanto, as recomendações não parecem configurar em uma transição econômica em bases verdadeiramente verdes, já que se mantém a perspectiva, em última instância, de um rigor fiscal e monetário por parte dos países, embora exista um consenso de que poderia existir um espaço fiscal maior para a atuação do Estado em momentos mais críticos de crise econômica, assim como ocorreu após a crise de 2008 e a crise de Covid-19. Ambos mantêm recomendações que trazem a preservação da lógica capitalista atual. Somado a isso, o

crescimento verde é visto como o caminho para essa transição, entendendo, portanto, que seria possível dissociar o crescimento econômico do uso de recursos e das emissões de carbono por meio da tecnologia²⁰.

O que se percebe é que o FMI, ainda que defenda no discurso a necessidade de se perseguir os preceitos da GEI e GND, em última instância mantém sua recomendação de que os países persigam a estabilidade financeira a partir da manutenção de políticas monetárias e fiscais restritivas, em especial em momentos macroeconômicos críticos de baixa liquidez. Isso reflete os desafios políticos para a implementação das proposições da GEI e GND dentro de estruturas políticas dominantes dirigidas para o mercado.

Assim, o que se percebe é que existe uma fragilidade dos preceitos da GEI e GND para a promoção de uma transição do modelo econômico vigente no interior do BM e do FMI. O discurso da ação climática é indiscutivelmente aceito pelos organismos internacionais, mas a promoção de ações e políticas que promovam uma real mudança nessa lógica mexe com a estrutura de funcionamento do capitalismo atual. Com isso, as questões ambientais são engolidas pela manutenção da lógica do *mainstream* macroeconômico que, em última instância, é a que prevalece.

Economides e Xepapadeas (2018) argumentam que a política econômica diante das mudanças climáticas não é algo simples ou óbvio de ser conduzido. A título de ilustração, o aumento das taxas de juros pode tornar o financiamento de projetos de infraestrutura verde mais caros, desencorajando o investimento nessas áreas. Isso sugere que os governos e os bancos centrais precisam reconsiderar sua abordagem à política monetária e fiscal. Em vez de se concentrar exclusivamente na contenção da inflação, devem considerar a promoção da transição para uma economia verde como um objetivo chave de suas políticas.

Essa mudança de foco pode exigir uma reavaliação das prioridades políticas e econômicas. Por exemplo, os governos podem precisar considerar a implementação de políticas fiscais que incentivem subsídios para empresas de energia renovável, incentivos fiscais para investimentos em eficiência energética e impostos sobre carbono para desencorajar o uso de combustíveis fósseis. Da mesma forma, os bancos centrais devem considerar como suas políticas monetárias podem apoiar a compra de títulos verdes como

²⁰ O trabalho de Hickel e Kallis (2020), faz uma crítica a essa perspectiva indicando que as evidências empíricas mostram que essa dissociação global é improvável, pois não há provas de que o uso de recursos possa ser separado do crescimento econômico e que a redução absoluta das emissões de carbono não será rápida o suficiente para evitar o aquecimento global, sugerindo que o crescimento verde que vem sendo debatido desde a Comissão Brundtland e a primeira Conferência do Rio é um objetivo que deve ser revisto, sendo necessária a busca de alternativas políticas.

parte de suas operações de política monetária, ou a consideração dos riscos das mudanças climáticas em suas avaliações de estabilidade financeira.

É possível, concluir, portanto, que a transição para uma economia verde requer uma abordagem macroeconômica multifacetada que reavalie prioridades políticas, econômicas, sociais e ambientais. As instituições financeiras internacionais têm influência considerável nas políticas públicas dos países por meio de empréstimos e assistência técnica, mas suas abordagens ainda estão enraizadas na lógica do *mainstream* macroeconômico, o que pode limitar a eficácia das iniciativas verdes (GEI e GND). Desse modo, a busca por uma verdadeira transformação ecológica no âmbito macroeconômico continua sendo um desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas globais.

5. Considerações Finais

A análise do contexto político e macroeconômico em que surgiram as iniciativas da GEI e GND revela uma busca por respostas políticas de estímulo keynesiano diante dos desafios econômicos e ambientais enfrentados pelas nações nas últimas décadas. A GEI, proposta pelas Nações Unidas, destacou a necessidade de um papel mais ativo do Estado e de reformas ambientais sistêmicas para enfrentar a crise de 2008. Já o GND, impulsionado por demandas populares e a pandemia do Covid-19, busca uma resposta política sem precedentes, alterando o consenso macroeconômico e favorecendo a transição verde.

No entanto, apesar dos esforços em agregar as implicações ecológicas ao funcionamento do capitalismo de forma mais estruturada, a macroeconomia keynesiana ainda não foi suficientemente reformulada para incorporar plenamente as transformações ecológicas propostas pela GEI e GND. A viabilidade e eficácia dessas abordagens também são questionadas, incluindo o impacto no uso de recursos não renováveis e a necessidade de controle e mensuração dos resultados alcançados. O debate sobre a sustentabilidade ambiental e o alinhamento com princípios de justiça social são fundamentais para a efetividade desses modelos econômicos. As limitações conceituais e a resistência em discutir o esgotamento dos recursos naturais dentro da lógica dominante da macroeconomia atual dificultam a consolidação dessas propostas de forma efetiva e profunda.

Ainda assim, a incorporação das ideias do GND e GEI em instituições importantes como o Banco Mundial e o FMI traz esperança para uma condução mais sustentável da dinâmica econômica global. O BM e o FMI assumem um papel significativo na direção das políticas públicas dos países por meio de seus empréstimos, assistência técnica e orientações.

Embora tenham incorporado a temática das mudanças climáticas em suas recomendações, ainda persistem limitações em suas abordagens. As recomendações dessas instituições, em última instância, mantêm uma perspectiva de rigor fiscal e monetário, o que pode dificultar a adoção de políticas de transição verde.

A transição para uma economia verde requer uma abordagem multifacetada e uma mudança de foco nas políticas macroeconômicas. Os governos e bancos centrais precisam reconsiderar suas estratégias para promover a sustentabilidade ambiental como um objetivo chave de suas políticas. Isso envolve a implementação de políticas fiscais e monetárias que incentivem investimentos em energias renováveis e eficiência energética, bem como a consideração dos riscos das mudanças climáticas em suas avaliações de estabilidade financeira.

Portanto, é essencial uma maior articulação entre a perspectiva keynesiana, que propõe uma atuação mais ativa do Estado na economia, e a urgência das agendas da GEI e GND. É preciso superar as limitações conceituais e promover uma transformação econômica estrutural para efetivamente enfrentar os desafios econômicos e ambientais atuais e garantir um futuro mais sustentável para todos. O FMI e o Banco Mundial têm um papel importante a desempenhar nesse processo e é necessário que suas abordagens estejam verdadeiramente alinhadas com a promoção de políticas verdes e sustentáveis em escala global.

Referências

- Abramovay, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Editora Abril.
- Adrian, T., Haksar, V. & Krznar, I. (2023). How Economies and Financial Systems Can Better Gauge Climate Risks. *IMF Blog*. Disponível em: <www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/01/04/how-economies-and-financial-systems-can-better-gauge-climate-risks>. Acesso em: 10 junho 2023.
- Almeida, L.T. (2012). Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos avançados*, 26, 93-103. DOI: 10.1590/S0103-40142012000100007
- Alvarenga Junior, M. & Young, C.E.F. (2021). Princípios para a construção de uma macroeconomia pós-keynesiana do meio ambiente: revisitando Keynes em tempos de crises. In: CATTAN, R.; ANDRADE, D.C.; TERRA, F. (org.). *Dossiê AKB-ECOECO: o desafio contemporâneo: construindo novas narrativas para a economia do meio*

ambiente e do clima. Associação Keynesiana Brasileira: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, p. 84-94. Disponível em: <www.associacaokeynesianabrasileira.org/wp-content/uploads/2021/03/O-Desafio-Contemporâneo-Construindo-Novas-Narrativas-para-a-Economia-do-Meio-Ambiente-e-do-Clima-1.pdf>. Acesso em: 10 abril 2023.

- Amoretti, F., Cozzolino, A. & Giannone, D. (2021). Covid-19 Pandemic and the Fiscal Strategy of the International Monetary Fund: Towards New Directions in the Global Political Economy? *Partecipazione e conflitto*, 14(1), 38-56. DOI: 10.1285/i20356609v14i1p38
- Ban, C. (2015). Austerity versus stimulus? Understanding fiscal policy change at the International Monetary Fund since the great recession. *Governance*, 28(2), 167-183. DOI: 10.1111/gove.12099
- Ban, C. & Patenaude, B. (2019). The professional politics of the austerity debate: A comparative field analysis of the European Central Bank and the International Monetary Fund. *Public administration*, 97(3), 530-545. DOI: 10.1111/padm.12561
- Boyle, A.D., Leggat, G., Morikawa, L., Pappas, Y. & Stephens, J.C. (2021). Green New Deal proposals: Comparing emerging transformational climate policies at multiple scales. *Energy Research & Social Science*, 81, 102259. DOI: 10.1016/j.erss.2021.102259
- Carney, M. (2016). Resolving the climate paradox. *Arthur Burns Memorial Lecture*, Berlin. Disponível em: <www.bankofengland.co.uk>. Acesso em: 2 março 2023.
- Carvalho, P.G.M. (2021). Green New Deal: confrontando algumas abordagens. In: *O Brasil pós-pandemia e os desafios ao desenvolvimento: a quem interessa o Estado mínimo?* BOLETIM FINDE, 2(2). Disponível em: <www.finde.uff.br/wp-content/uploads/sites/43/2021/07/Relatorio-5-final-2.pdf>. Acesso em: 26 fevereiro 2023.
- Chen, Z., Marin, G., Popp, D. & Vona, F. (2020). Green stimulus in a post-pandemic recovery: the role of skills for a resilient recovery. *Environmental and Resource Economics*, 76, 901-911. DOI: 10.1007/s10640-020-00464-7
- Chomsky, N., Pollin, R. & Polychroniou, C.J. (2020). *Crise climática e o Green New Deal global: a economia política para salvar o planeta*. Editora Roça Nova.

- Clift, B. (2019). Contingent Keynesianism: the IMF's model answer to the post-crash fiscal policy efficacy question in advanced economies. *Review of international political economy*, 26(6), 1211-1237. DOI: 10.1080/09692290.2019.1640126
- Congress, U.S. & House, H.H. (2019). Res. 109-Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal. *House of Representatives, 116th Congress*, Washington-DC. Disponível em: <www.congress.gov/116/bills/hres109/BILLS-116hres109ih.xml>. Acesso em: 20 março 2023.
- Cruz Lera, E. (2022). ¿Es factible el Green New Deal en Estados Unidos?: un análisis a partir de las trayectorias dependientes y legados de la política progresista en su historia. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 67(245), 49-73. DOI: 10.22201/fcpys.2448492xe.2022.245.78973
- D'avignon, A. & Caruso, L.A.C. (2011). O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde. *Política Ambiental*, 8, 24-35. Disponível em: <www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Revista-Politica-Ambiental-jun-Econ-Verde.pdf>. Acesso em: 20 junho 2023.
- Economides, G. & Xepapadeas, A. (2018). Monetary policy under climate change. *CE/Sifo Working Paper Series*, 7021. DOI: 10.2139/ssrn.3200266
- ECB - European Central Bank (2023). Monetary Policy and Inflation. In: *European Central Bank*. Disponível em: <www.ecb.europa.eu/monetary-policy/inflation/html/index.en.html>. Acesso em: 2 maio 2023.
- European Commission (2019). Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions- The European Green Deal. *European Commission*. Disponível em: <www.eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52019DC0640>. Acesso em: 25 maio 2023.
- Fay, M. (2012). *Inclusive green growth: The pathway to sustainable development*. World Bank Publications.
- FED - Federal Reserve. Monetary Policy and Economic Research. *Federal Reserve*. Disponível em: <www.federalreserve.gov/economic-research/index.htm>. Acesso em: maio 2023.

- Friedman, T.L. (2007). Opinion: A warning from the Garden. *New York Times*.
- G20 (2008). Declaration of the Summit on Financial Markets and the World Economy. Washington, USA. *G20 Research Group, Munk School of Global Affairs & Public Policy, University of Toronto*. Disponível em: <www.g7g20-documents.org/fileadmin/G7G20_documents/2008/G20/USA/Leaders/1%20Leaders%27%20Language/Declaration%20of%20the%20Summit%20on%20Financial%20Markets%20and%20the%20World%20Economy_15112008.pdf>. Acesso em: 12 junho 2023.
- G20 (2009). Global Plan for Recovery and Reform. London, UK. *G20 Research Group, Munk School of Global Affairs & Public Policy, University of Toronto*. Disponível em: <www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0402.html>. Acesso em: 12 junho 2023.
- G20 (2010a). The G20 Seoul Summit Leaders' Declaration. Seoul, SKR. *G20 Research Group, Munk School of Global Affairs & Public Policy, University of Toronto*. Disponível em: <www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul.html>. Acesso em: 12 junho 2023.
- G20 (2010b). The G20 Toronto Summit Declaration. Toronto, CA. *G20 Research Group, Munk School of Global Affairs & Public Policy, University of Toronto*. Disponível em: <www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul.html>. Acesso em: 14 junho 2023.
- Galbraith, J.K. (2018). Backwater economics and new pragmatism: Crises and evolution of economics. *TIGER Working Paper Series*, 138. Disponível em: <www.econstor.eu/handle/10419/173165>. Acesso em: 14 junho 2023.
- Galvin, R. & Healy, N. (2020). The Green New Deal in the United States: What it is and how to pay for it. *Energy Research & Social Science*, 67, 101529. DOI: 10.1016/j.erss.2020.101529
- Garcia, J.R. (2023). Green new deal: reflexões da economia ecológica. *Boletim da Ecoeco*, 42. Disponível em: <www.ecoeco.org.br/wp-content/uploads/2023/05/boletim_42.pdf>. Acesso em: 15 abril 2023.
- Georgieva, K., Chamon, M. & Thakoor, V. (2022). Swapping debt for climate or nature pledges can help fund resilience. *IMF Blog*. Disponível em: <www.meetings.imf.org/en/IMF/Home/Blogs/Articles/2022/12/14/swappi>

ng-debt-for-climate-or-nature-pledges-can-help-fund-resilience>. Acesso em: 23 maio 2023.

- Ghisellini, P., Passaro, R. & Ulgiati, S. (2021). Revisiting Keynes in the light of the transition to circular economy. *Circular Economy and Sustainability*, 1(1), 143-171. DOI: 10.1007/s43615-021-00016-1
- Green, J. (2022). Greening Keynes? Productivist lineages of the Green New Deal. *The Anthropocene Review*, 9(3), 324-343. DOI: 10.1177/20530196221128369
- Hafner, M. & Raimondi, P.P. (2020). Priorities and challenges of the EU energy transition: From the European Green Package to the new Green Deal. *Russian Journal of Economics*, 6(4), 374-389. DOI: 10.32609/j.ruje.6.55375
- Harris, J.M. (2024). The Green New Deal: economic analysis and practical policy. In: *Post Keynesian Economics*, p. 130-144. Edward Elgar Publishing. DOI: 10.4337/9781803922232.00012
- Hickel, J. & Kallis, G. (2020). Is green growth possible? *New political economy*, 25(4), 469-486. DOI: 10.1080/13563467.2019.1598964
- Huwe, V. & Rehm, M. (2022). The ecological crisis and post-Keynesian economics—bridging the gap? *European Journal of Economics and Economic Policies*, 19(3), 397-414. DOI: 10.4337/ejeep.2022.03.08
- IEA (2021). *International Energy Agency*. Data and Statistics. Disponível em: <www.iea.org/data-and-statistics>. Acesso em: 2 junho 2023.
- IPCC (2023). *Intergovernmental Panel on Climate Change*. AR6 Synthesis Report Climate Change 2023. Disponível em: <www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 5 julho 2023.
- Jacobs, M. & Mazzucato, M. (2015). Rethinking Capitalism: An Introduction. *The Political Quarterly*, 86, 1-27. DOI: 10.1111/1467-923X.12230
- Jones, B. & Keen, M. (2009). Climate policy in hard times. *Finance & Development*, 46(4), 6-9. DOI: 10.5089/9781455220946.004
- Kedward, K. & Ryan-Collins, J. (2022). A green new deal: opportunities and constraints. *Economic Policies for Sustainability and Resilience*, p. 269-317. DOI: 10.1007/978-3-030-84288-8_7

- Klein, N. (2020). *On fire: The (burning) case for a green new deal*. Simon & Schuster.
- Lagarde, C. (2015). The Managing Director's statement on the role of the Fund in addressing climate change. *International Monetary Fund*. Disponível em: <www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/>. Acesso em: 28 maio 2023.
- Lee, J.H. & Woo, J. (2020). Green new deal policy of South Korea: Policy innovation for a sustainability transition. *Sustainability*, 12(23), 10191. DOI: 10.3390/su122310191
- Mainhardt, H. (2019). World Bank Group Financial Flows undermine the Paris Climate Agreement: The WBG contributes to higher profit margins for oil, gas, and coal. *Urgewald*. Disponível em: <www.urgewald.org/sites/default/files/World_Bank_Fossil_Projects_WEB_1.pdf>. Acesso em: 20 abril 2023.
- Mastini, R., Kallis, G. & Hickel, J. (2021). A green new deal without growth? *Ecological economics*, 179, 106832. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2020.106832
- Mathias, J.F.C.M., Young, C.F., Couto, L.C. & Alvarenga Junior, M. (2021). Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: Lições da experiência internacional. *Revista Tempo do Mundo*. DOI: 10.38116/rtm26art4
- Minsky, H.P. (1986). *Stabilizing an unstable economy* (1a Ed.). New Haven: Yale University Press.
- Nextgeneration EU (2020). Nextgeneration EU: Next steps for RRF. *European Commission*. Disponível em: <www.ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_1658>. Acesso em: 20 abril 2023.
- Parry, I., Black, S. & Roaf, J. (2021). Proposal for an international carbon price floor among large emitters. *International Monetary Fund*. Disponível em: <www.imf.org/en/Publications/>. Acesso em: 3 maio 2023.
- Pettifor, A. (2020). *The case for the green new deal*. Verso Books.
- Popp, D., Vona, F., Marin, G. & Chen, Z. (2020). The employment impact of green fiscal push: evidence from the American Recovery Act. *National Bureau of Economic Research*, 27321. Disponível em: <www.nber.org/papers/w27321>. Acesso em: 23 junho 2023.

- Rifkin, J. (2019). *The green new deal: Why the fossil fuel civilization will collapse by 2028, and the bold economic plan to save life on earth*. St. Martin's Press.
- Roberts, M. & Mukim, M. (Eds.) (2023). *Thriving: Making Cities Green, Resilient, and Inclusive in a Changing Climate*. World Bank Publications. Disponível em: <www.hdl.handle.net/10986/38295>. Acesso em: 18 maio 2023.
- Santos, L.H.B. & Andrade, D.C. (2023). Aproximação entre economia pós-keynesiana e economia ecológica: apreciação crítica e considerações sobre o financiamento verde. *Brazilian Keynesian Review*, 9(2), 368-401.
- Singh, S. (2023). The Case for Intervention. *International Monetary Fund: FINANCE & DEVELOPMENT*. Disponível em: <www.imf.org/en/Publications/>. Acesso em: 23 abril 2023.
- Smith, N. (2021). Bideconomics, explained: it's the end of the age of Reagan, but it's much more than that. *Noahpinion*. Disponível em: <www.noahpinion.blog/p/bidenomics-explained>. Acesso em: 18 maio 2023.
- UNEP (2009a). Global Green New Deal, Policy Brief. *United Nations Environment Programme*, Nairobi: UNEP. Disponível em: <www.wedocs.unep.org/20.500.11822/7903>. Acesso em: 3 maio 2023.
- UNEP (2009b). UNEP 2008: Annual Report. *United Nations Environment Programme*, Nairobi: UNEP.
- UNEP (2011). Towards a green economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication. *United Nations Environment Programme*, Nairobi, Kenya: UNEP. Disponível em: <www.unep.org/resources/report/>. Acesso em: 3 maio 2023.
- World Bank Group (2022). The World Bank Group's Approach to Paris Alignment. *World Bank*. Disponível em: <www.worldbank.org/en/publication/paris-alignment/overview>. Acesso em: 3 abril 2023.
- Yergin, D. (2022). Bumps in the energy transition. *IMF: International Monetary Fund*. United States of America.
- Young, C.E.F. (2023). Demanda efetiva e sustentabilidade: green new deal como política econômica verde. *Boletim da Ecoeco*. Disponível em: <www.ecoeco.org.br/wp-content/uploads/2023/05/boletim_42.pdf>. Acesso em: 21 março 2023.